

DEFÍCIT HABITACIONAL QUALITATIVO DE BELO HORIZONTE: ESTRATÉGIAS APLICADAS PARA MELHORIA DAS HABITAÇÕES EXISTENTES DE BAIXA RENDA¹

DRUMOND, Rejane Coutinho (1); CASTRO, Maria Luiza de (2)

(1) UFMG, e-mail: rejane@drumond@gmail.com; (2) UFMG, e-mail: luizadecastro2000@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe, por meio de um estudo de caso, a análise de um programa municipal que preconiza a requalificação de unidades habitacionais existentes em Belo Horizonte. Este programa se insere dentro de uma trajetória política que tem gerado a possibilidade de uma atuação qualitativa nas intervenções municipais; o objetivo é identificar ganhos quanto a quesitos tais como a sustentabilidade em sua concepção mais ampla e o resgate da dignidade do habitante. Inicialmente é traçada uma evolução das políticas públicas municipais em Belo Horizonte, que têm avançado na busca de mais qualidade nas intervenções. Em seguida é apresentado um estudo de caso demonstrando as etapas de desenvolvimento do programa, que representa uma perspectiva promissora para abordagens sustentáveis e includentes.

Palavras-chave: Deficit qualitativo. Programa habitacional. Políticas públicas.

ABSTRACT

This paper proposes to analyze a municipal program that calls for the rehabilitation of existing housing units in Belo Horizonte. This program is part of a political trajectory that has generated the possibility of a qualitative performance in municipal operations; the goal is to identify positive aspects concerning matters such as sustainability in its broadest sense and the rescue of the inhabitants' dignity. Initially, the paper focuses on the evolution of municipal public policies in Belo Horizonte, showing the progress made towards the search for quality in interventions. In order to demonstrate the development stages of the program, the paper presents a case study. The orientation of the public policies is a promising prospect for sustainable and inclusive approaches.

Keywords: Qualitative deficit. Housing program. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

O artigo propõe o estudo de estratégias voltadas para o suprimento de habitação de uma forma integrada com ações de inclusão social para famílias muito pobres e vulneráveis. A abordagem, voltada para a requalificação de habitações, é reflexo de uma evolução das políticas municipais em busca de uma intervenção que supra não somente um déficit

¹ DRUMOND, Rejane Coutinho; CASTRO, Maria Luiza de. Deficit habitacional qualitativo de Belo Horizonte: estratégias aplicadas para melhoria das habitações existentes de baixa renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2016.

habitacional, mas que articule esta questão com a busca da superação da exclusão social.

A partir da análise de uma tendência emergente no provimento da habitação social, que visa atender a estas demandas, o artigo pretende efetuar uma análise das opções trazidas pelo programa municipal Família Cidadã: Cidade Solidária, lançado em outubro de 2009 em Belo Horizonte, constituído a partir da integração entre parceiros governamentais - Secretarias Municipais de Políticas Sociais, Saúde, Educação, Assistência Social, URBEL - e não-governamentais, com a participação da iniciativa privada. Este programa pretende promover melhoria imediata das condições de vida de famílias em situações de grande vulnerabilidade, risco social e pessoal, nas áreas de intervenção do Programa BH Cidadania (ROCHA, 2005). Este programa está vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS) e seu objetivo é proporcionar uma gestão intersetorial para integrar diferentes áreas no combate e erradicação da pobreza.

O projeto Família Cidadã prevê o atendimento de cerca de mil famílias (30 em cada um dos 33 Núcleos do BH Cidadania) com os piores indicadores de vulnerabilidade e procura articular ações em diversas frentes - transferência de renda, educação, saúde, geração de trabalho e renda, intervenção urbana e habitação, elaborando um Plano de Ação Familiar em conjunto com cada família (VEIGA; BRONZO, 2014)

Diversas secretarias estão envolvidas na execução deste plano: secretarias de Políticas Sociais; de Assistência Social; Educação; Saúde; e a URBEL. A esta última compete a gestão, execução, assessoria e acompanhamento das reformas.

A solução projetual oferecida como parte desta estratégia se contrapõe à solução tradicional para suprimento de moradia, uma vez que aproveita a edificação existente e a transforma, ao invés de demoli-la e deslocar seus habitantes. A questão da moradia passa, portanto, a fazer parte de um conjunto integrado de ações, no sentido de prestar assistência social, combater a exclusão e a indigência, contribuindo, desta forma, para a busca da sustentabilidade social de uma forma integrada.

2 LIDANDO COM O DEFÍCIT HABITACIONAL EM BELO HORIZONTE: ABORDAGENS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

O problema do déficit de moradia se reflete na ocupação irregular das áreas urbanas que, em Belo Horizonte, já levou às primeiras remoções de favelas desde 1903, logo após a fundação da cidade (MOTTA, 2012). Esta situação se perpetuou até a década de 1950 (HOURI, 2008), quando foi esboçada uma resistência da população envolvida. O golpe militar de 1964 desarticulou, entretanto, esta resistência e a questão passou a ser tratada de forma mais repressiva: com o objetivo de remover as moradias de favelas e controlar novas ocupações foi criada a Coordenação de Desfavelamento das Áreas Urbanas e Suburbanas, órgão do Departamento Municipal de Bairros e Habitações Populares (DBP) (HOURI, 2008).

Na década de 1970, a cidade continuou crescendo de forma desordenada- foi nesta época a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Dentro deste contexto, o DBP foi substituído em 1971 pela Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), que intensificou a política de remoções forçadas (HOURI, 2008; MOTTA, 2012; TONUCCI FILHO, 2012).

Uma reação crescente às políticas de desfavelamento e a incapacidade do governo de prover uma alternativa para a produção em massa de habitação acabaram fazendo com que o Poder Público reconhecesse as favelas (TONUCCI FILHO, 2012): a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte – LUOS, de 1976, alterou o zoneamento existente para mais de 120 favelas, incorporando a figura de “Setor Especial 4”, voltada para as áreas de “urbanização específica de interesse social”, mais tarde consolidada na ZEIS (CONTI, 2004).

A mudança de atitude do Poder Público é sinalizada, nesta época, pela criação do Programa de Desenvolvimento Comunitário (PRODECOM) pelo Governo do Estado, que implementou obras de melhorias habitacionais e pequenas obras de saneamento básico em favelas da cidade (TONUCCI FILHO, 2012). No âmbito legal, destaca-se a elaboração do Plano Municipal de Habitação Popular e a criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA - em 1983, que tinha como princípio básico o reconhecimento oficial do direito de propriedade dos favelados (CONTI, 2004; HOURI, 2008).

A criação do PROFAVELA levou também ao surgimento da URBEL, inicialmente seu órgão executor, voltada para atividades de urbanização, assentamento, administração de imóveis e construção de habitações para população de baixa renda (SILVA; BARBOSA, s.d.). Na medida em que estes programas se ampliaram, a CHISBEL foi extinta (TONUCCI FILHO, 2012).

Uma análise da produção na década de 1980 mostra programas voltados para a diminuição do deficit habitacional que priorizaram a questão quantitativa (HOURI, 2008). Em seguida, o grande destaque foi para as transformações políticas e sociais articuladas, com a difusão da ideia de participação como forma de controle social das decisões: as novas perspectivas se materializaram em propostas como as de orçamento participativo, mutirões com autogestão, o reconhecimento das ocupações, do direito de posse, do direito de localização de favelas em território urbano (NAGATO, 2012). A partir da abertura política, culminando com a Constituição de 1988 e, posteriormente, a de 2000, através da regulamentação dos capítulos da política urbana no Estatuto da Cidade, os movimentos que atuavam na clandestinidade foram se consolidando. Em Belo Horizonte, esta tendência foi reforçada pelo discurso participativo e possibilitada pela a continuidade política na gestão municipal (HOURI, 2008; BEDÊ; COSTA, 2006). A Constituição de 1988 e a reforma do Estado também propiciaram o processo de descentralização das políticas, que passou a

atribuição da gestão dos programas sociais para Estados e Municípios (BEDÊ; COSTA, 2006).

A partir de 1993, quando o governo da Frente BH Popular (1993-1996) ganhou as eleições, foi implantado um novo modelo administrativo e institucional para discutir, criar e executar a política pública habitacional do município (CONTI, 2004).

Em 1994, foi criado o novo Sistema Municipal de Habitação, tendo a URBEL como órgão gestor e operador; o Conselho Municipal de Habitação (CMH) como órgão deliberativo com a participação da sociedade civil, e o Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP), como responsável pelo financiamento das políticas e programas (HOURI, 2008).

Esta articulação serviu como base para as ações do poder público em Belo Horizonte, que passaram então, a ser focadas na produção de novas moradias e em intervenções nos assentamentos informais, incluindo a previsão de financiamento de assessoramento técnico para atendimento de demandas individuais (BEDÊ; COSTA, 2006).

A nova abordagem procurou dar um salto de qualidade nas intervenções a partir de um planejamento global prévio, de caráter democrático (CONTI, 2004); a atenção foi voltada para os impactos no entorno, restringindo o tamanho dos conjuntos e utilizando áreas de implantação já providas de serviços e equipamentos públicos. Além disso, foram colocados em pauta os problemas relativos ao reassentamento, com a priorização de áreas mais próximas ao local de origem (HOURI, 2008).

Nesta ocasião, a prefeitura criou o “Plano Global Específico” – PGE, visando o planejamento de diretrizes para cada favela de forma integrada e não mais intervenções pontuais (MOTTA, 2012). Com a promulgação em 1996 da nova “Lei de Uso e Ocupação do Solo” – LUOS (Lei Municipal n. 7.166) e do Plano Diretor (Lei Municipal n. 7.165), este planejamento ganhou um quadro institucional, por meio da elaboração de um “Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenção em Vilas e Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social”; o PGE foi, em seguida, colocado como requisito para o atendimento a vilas e favelas (CONTI, 2004).

No período entre 1993 e 2000, a produção de unidades habitacionais mostrou resultados pouco significativos (HOURI, 2008). O grande mérito das políticas de então reside, portanto, na transformação da perspectiva para tratamento do problema da habitação social e na estrutura criada para as administrações seguintes (BEDÊ; COSTA, 2006).

Após 2000, o Sistema Municipal de Habitação passou a ser exercido por dois órgãos executores, incluindo, além da URBEL, a Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SMHAB), com foco na construção ou recuperação de unidades habitacionais, inseridas em projetos de interesse social.

Dentro das políticas executadas pela URBEL, destaca-se o Programa Vila Viva, “o maior projeto de regularização de favelas em andamento no Brasil”, com foco na legalização fundiária, urbanização e desenvolvimento

socioeconômico, que tem recebido também recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (TONUCCI FILHO; TEIXEIRA ÁVILA, 2008, p. 16).

3 O PROGRAMA E SUAS ESTRATÉGIAS

Dentro de um direcionamento que vem sendo construído pelas políticas públicas municipais desde o final do século XX, o programa Família Cidadã insere a questão da habitação dentro de um contexto que inclui saúde, educação e assistência social, atendendo famílias em situação de grande vulnerabilidade de uma forma integrada, com vistas à sustentabilidade social (VEIGA, BRONZO, 2014). O projeto arquitetônico é desenvolvido por meio de uma assessoria técnica, prestada por escritórios de Arquitetura e Urbanismo selecionados por processo de licitação, promovido pela URBEL.

Após o levantamento técnico e definidos os reais problemas e demandas de cada habitação, é iniciada a etapa de anteprojeto arquitetônico. As primeiras propostas de solução e ideias no nível projetual são discutidas com a URBEL. O projeto resultante desta discussão é então apresentado à família beneficiada, momento em que são negociados eventuais ajustes até a solução aceita. A intervenção chega até a fase de projeto executivo e é encaminhada para execução.

4 ESTUDO DE CASO

O projeto a ser apresentado como estudo de caso – a requalificação de uma residência no Bairro Califórnia - teve início em fevereiro de 2014, quando quatorze unidades, localizadas em cinco diferentes bairros da cidade foram beneficiadas pelo programa. A etapa de projeto teve duração de oito meses e um escritório selecionado por meio de licitação foi o responsável técnico pelos projetos.

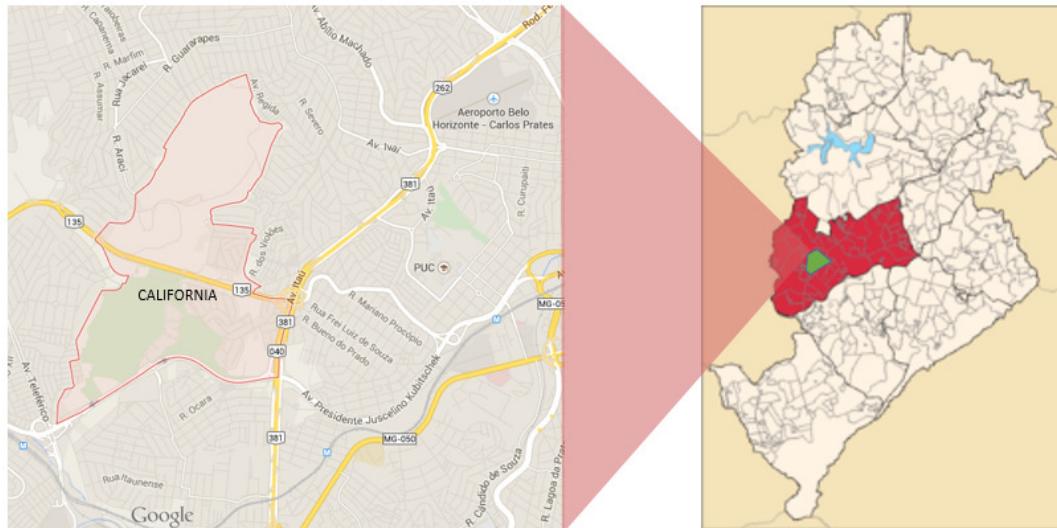
A primeira parte do levantamento contou com a equipe de dois arquitetos e um engenheiro do escritório selecionado, um engenheiro ou arquiteto da URBEL e uma agente social. Nesta etapa, foram realizados levantamentos técnico social, arquitetônico, fotográfico; e laudo técnico.

4.1 Etapa de levantamento

4.1.1 A Vila Califórnia

A Vila Califórnia, bairro Califórnia, região noroeste de Belo Horizonte (Figura 1) é uma das vilas que conquistaram recursos para elaborar seu PGE, no Orçamento Participativo de 1998 (CONTI, 2004), tendo, portanto, um histórico de ativismo interno.

Figura 1 – Bairro Califórnia, região noroeste de BH



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de imagens do Google Earth

A região Noroeste foi consolidada no período da construção de Belo Horizonte, entre 1893-1897, quando imigrantes e operários vieram trabalhar na construção da capital (BELO HORIZONTE, s.d.). Desde então, a partir de desapropriações de fazendas e melhorias a região cresce e adquire maior interesse quanto a ocupação, principalmente em relação à habitacional de baixa renda.

A vila Califórnia surgiu como consequência da construção dos Conjuntos Habitacionais Califórnia I, II e do Conjunto Novo Dom Bosco, no início da década de 1970, devido à necessidade de instalação improvisada dos operários envolvidos nas obras e de suas famílias, seguidos por migrantes que chegavam do interior do estado (BELO HORIZONTE, s.d.). Situada entre o conjunto Califórnia II e o bairro Dom Bosco a norte, inicialmente ficou conhecida como “Favela Sovaco da Cobra” (PRADO, 2014).

Os principais problemas da vila apontados no PGE incluíam: questões relativas ao sistema viário improvisado e fragmentado, a presença de edificações em áreas de risco geológico médio e alto, as condições precárias das moradias, ao risco de inundação (ocupação desordenada às margens do Córrego Avaí) e ao lançamento de lixo e entulho no córrego, além do adensamento crescente com verticalização das edificações. Desde então, algumas intervenções já foram realizadas no sentido de melhorar estas condições, incluindo a canalização de trecho do córrego e remoção de famílias de áreas sujeitas a alagamento (BELO HORIZONTE, s.d.).

Outra questão que teve um impacto negativo para todo o bairro foi a instalação do aterro que funcionou como “Lixão” na BR-040, localizado nas proximidades; que foi, entretanto, desativado em 2007.

O bairro Califórnia possui uma população de 14.260 pessoas, sendo predominantemente residencial, com a presença de pequenos comércios

locais, e já a Vila Califórnia, por sua vez, conta com 3.100 moradores (BELO HORIZONTE, s.d.).

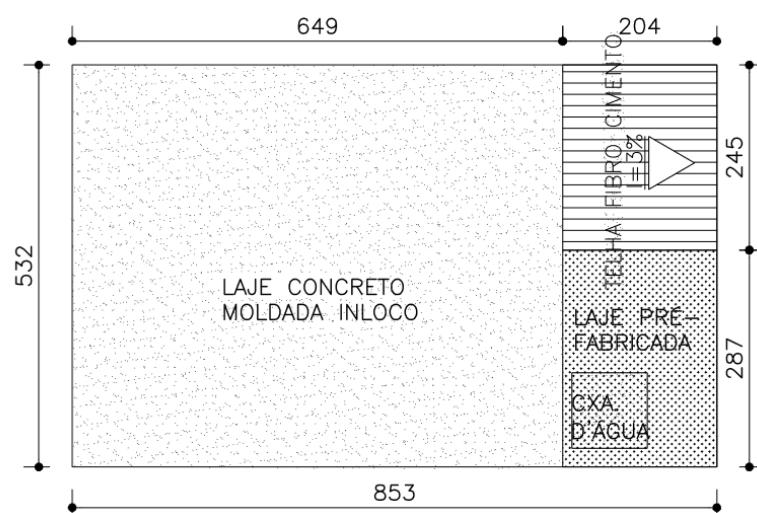
4.1.2 Condições da edificação

A edificação objeto da intervenção possui a via de acesso à mesma cimentada, sem passeio ou meio fio, e largura de apenas 2,40m. Esta conta, porém, com sistema de drenagem e iluminação pública.

A edificação não possui afastamento frontal; nos fundos, tem por limite a construção vizinha, de dois pavimentos. Os afastamentos laterais são mínimos, cerca de 0,70 na lateral esquerda e 0,95 na lateral direita, configurando pequenos corredores de acesso à edificação.

A unidade foi construída no segundo pavimento de uma outra moradia independente, que ocupa todo o terreno disponível, não havendo espaço para expansão. Apesar do pequeno afastamento nas laterais, as habitações vizinhas são mais baixas, gerando um potencial de iluminação e ventilação melhores nas fachadas sul e leste. A residência do andar inferior, na qual a unidade estudada se apoia, foi construída com vigas e pilares de concreto, vedação em alvenaria e acabamento externo com reboco.

Figura 2 – Diagrama de cobertura



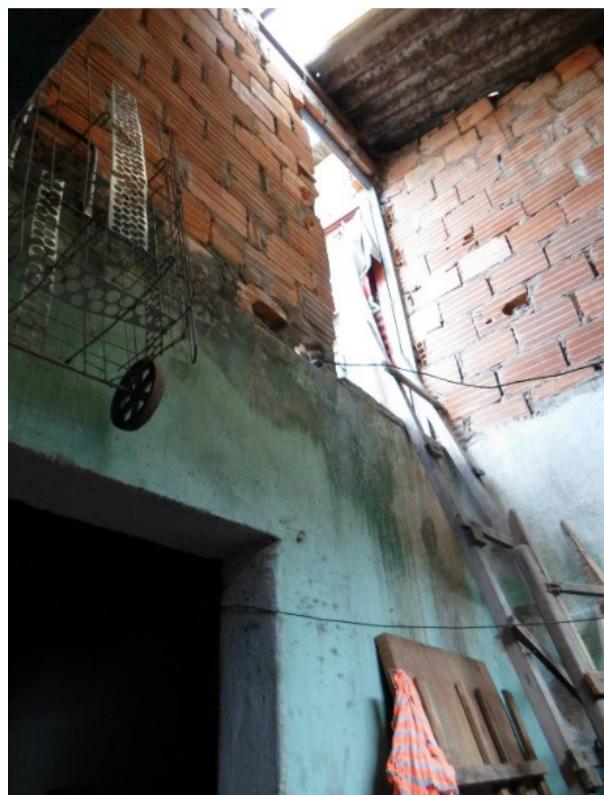
Fonte: Elaborado pelo autor

A edificação em estudo, por sua vez, foi construída em alvenaria de tijolo cerâmico furado com vigas de concreto para apoio da laje de cobertura (Figura 2). Esta laje é de concreto moldada *in loco*, sem impermeabilização, exceto na cozinha, onde é construída com vigotas pré-fabricadas de concreto e preenchimento de tijolo cerâmico. O hall de entrada (ver Figura 3) é o único cômodo sem laje, sendo coberto com telha de fibrocimento. As janelas têm dimensões que variam entre 95x95cm e 150x95 cm.

O interior é distribuído em três quartos, cozinha, banheiro e pequeno hall de entrada. Este hall tem pé-direito duplo indicando a intenção dos moradores de construir um terceiro pavimento. A altura do pé-direito dos demais

cômodos é 2,54m. Em relação ao revestimento, o piso de todos os cômodos é apenas cimentado e as paredes são rebocadas e pintadas; externamente a residência não possui revestimento: a estrutura e vedação de tijolos está à vista e desprotegida das intempéries.

Figura 3 – Hall de entrada, pé direito elevado



Fonte: Imagem do autor

4.1.3 Perfil dos habitantes

Por meio do laudo técnico social foi possível traçar o perfil da família que habita a edificação. Trata-se de uma família uniparental - mãe chefe da família com 3 filhas e um filho, com idade entre 10 e 17 anos, todos frequentes à escola. A mãe, que tem o curso fundamental incompleto, encontra-se desempregada, e recebe auxílio financeiro pelo programa Bolsa Família, conseguindo uma complementação de renda por meio de trabalhos temporários. A família é natural de Belo Horizonte e a responsável vive no imóvel há 19 anos. Nenhum dos ocupantes é portador de necessidades especiais, não sendo necessária a construção de ambientes adaptados.

4.1.4 Anteprojeto

Após realizado o levantamento e analisadas todas as especificidades, foram iniciados os primeiros estudos projetuais. A Figura 6 apresenta as modificações propostas na distribuição do espaço, com destaque para a criação de um novo quarto, em atendimento ao pedido dos próprios moradores, permitindo a separação dos filhos de acordo com o sexo.

As aberturas externas foram ampliadas e as paredes revestidas, para evitar futuras patologias resultantes da umidade.

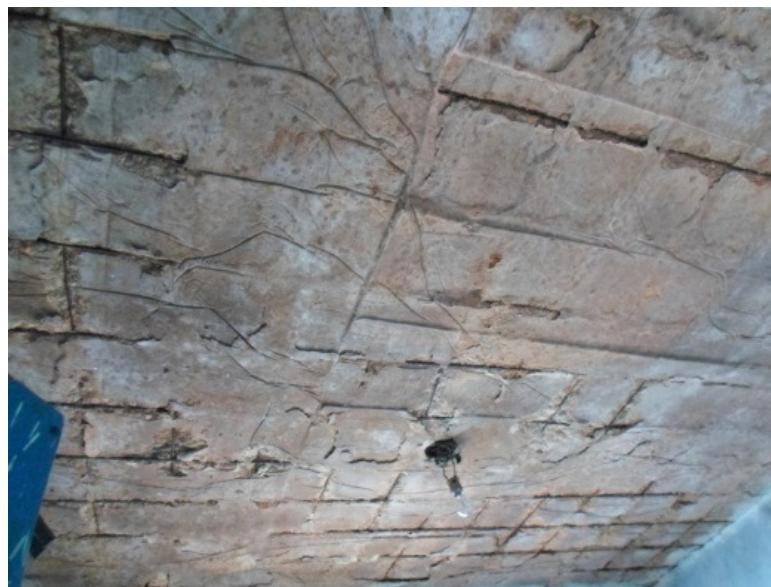
O projeto prevê, ainda, a remoção da precária estrutura da laje de cobertura, que apresenta risco estrutural, com rachaduras e armaduras aparentes, e patologias resultantes de infiltração pela falta de impermeabilização (Figura 4).

Para substituí-la foi projetada uma cobertura em telha de fibrocimento com forro de PVC e colchão de ar no entreforro, que melhora o desempenho pela diminuição da transmitância térmica.

Foi ainda proposto o reforço estrutural das alvenarias por meio do cintamento superior e a instalação de uma caixa d'água de 250L, próxima às áreas molhadas.

Outro ponto especificado no projeto em relação às envoltórias foi a aplicação de chapisco, emboço, reboco e pintura com tinta acrílica nas paredes externas, para evitar problemas de estanqueidade e mofo no ambiente.

Figura 4 – Laje com trincas, armaduras descobertas e em processo de corrosão



Fonte: Imagem do autor

Outras disposições incluíram a troca dos revestimentos de piso internos, que se encontravam em situação precária, (aplicação de cimento natado ou cerâmica), a troca das louças do banheiro, da cozinha e área de serviço, e também das instalações hidráulica e elétrica destes ambientes.

Após discussão e aprovação do projeto pelos responsáveis técnicos da URBEL, os arquitetos procederam à apresentação para a família beneficiada, etapa crucial para o processo participativo. Para isso foram

utilizados recursos gráficos de fácil apreensão cognitiva, incluindo desenhos e representações tridimensionais, conforme Figura 5.

Figura 5 – Prancha entregue à família beneficiada

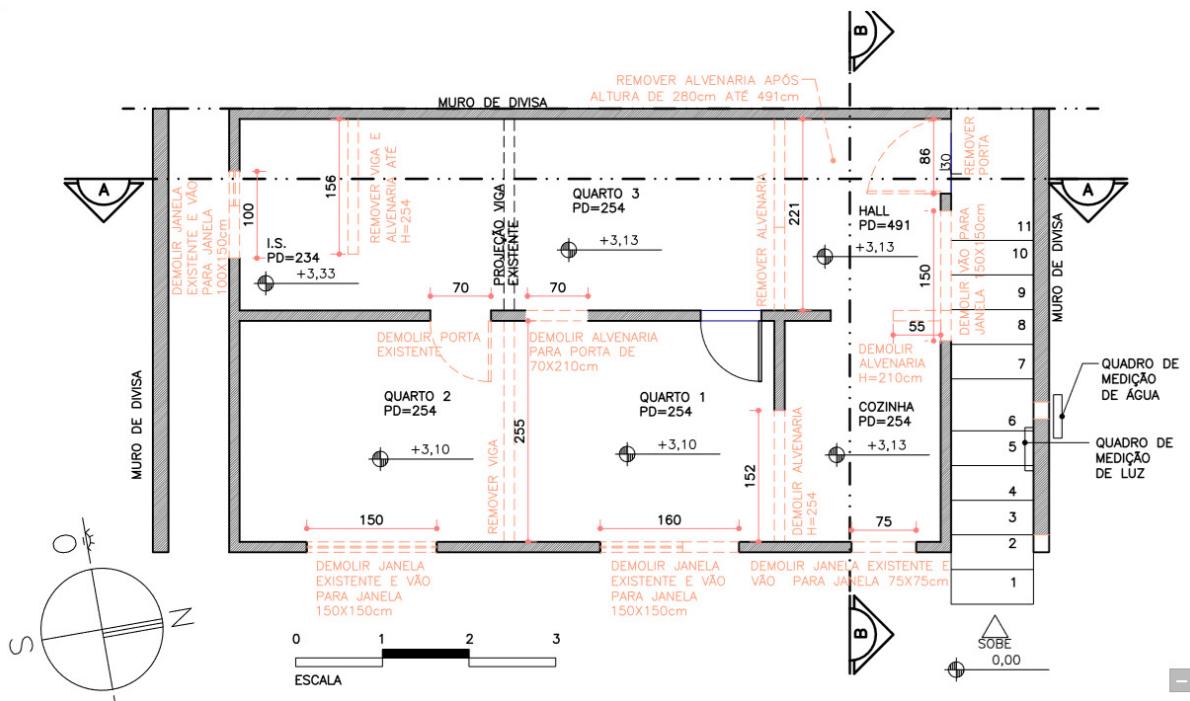


Fonte: Elaborado pela empresa

4.1.5 Projeto executivo

Com a aprovação do estudo pelos moradores, a intervenção chegou à fase de projeto executivo, incluindo a elaboração e detalhamento do projeto arquitetônico e complementares: (estrutural, elétrico e hidráulico) bem como a sua compatibilização e também os orçamentos correspondentes (Figura 6).

Figura 6 – Planta de reforma



Fonte: Elaborado pela empresa

Os recursos necessários para a execução do projeto são disponibilizados pela prefeitura de Belo Horizonte, dentro do contexto do Projeto Municipal Família Cidadã - BH. As obras encontram-se atualmente em etapa licitatória, não sendo ainda possível fazer análises quanto aos seus resultados do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e social. Estes resultados estarão ligados não somente à qualidade do projeto e sua execução, mas à capacidade da administração pública em lidar com a gestão integrada das ações de combate à pobreza e exclusão social, que dependem de “dimensões materiais” (...), relacionais, atitudinais e comportamentais, reconhecidas como centrais para sua prevenção, mitigação e superação” (VEIGA; BRONZO, 2014, p. 599).

5 CONCLUSÕES

O programa Família Cidadã procura combater a pobreza e exclusão social de forma integrada e o combate ao déficit qualitativo de habitação é uma de suas frentes de combate. As intervenções proporcionam condições de habitabilidade e dignidade para a população alvo, não só por meio de melhorias nas condições físicas, mas também pela valorização e respeito do usuário, que participa dos processos decisórios.

De um ponto de vista mais amplo, o aproveitamento da construção pré-existente permite uma diminuição da intensidade energética e material na etapa de construção de moradias; promove também a sustentabilidade na etapa de uso ao criar condições de salubridade, segurança estrutural e acessibilidade (SZOKOLAY; AULICIEMS, 1997), contribuindo ainda para a

diminuição da energia de operação, por meio das condições mais favoráveis para a iluminação e ventilação naturais (MONTERO, 2006). Ao manter a população em áreas mais próximas do centro urbano – ao invés de realoca-la na periferia como programas habitacionais tradicionais - diminui as distâncias de deslocamento e utiliza a infraestrutura instalada de transporte da cidade, promovendo a sustentabilidade urbana (ROLNIK, 2010; BOTOLI et al., 2013).

Embora ainda não seja possível analisar resultados, já se pode presumir que o viés interdisciplinar da intervenção contribuirá não só para os vários aspectos da sustentabilidade, mas também para a garantia da dignidade da moradia, por meio da manutenção da rede de relações sociais, de vizinhança e de solidariedade existente e da valorização da vida coletiva social e política, o que permite a emancipação dos habitantes e o exercício de cidadania.

O sucesso do programa como um todo, entretanto, depende da capacidade dos diversos setores envolvidos de convergir suas ações para o atendimento do mesmo objetivo.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à FAPEMIG pelos recursos financiados para a participação do artigo no evento ENTAC 2016.

REFERÊNCIAS

- BAIRROS DE BH. Home page (2004). Apresenta a história dos bairros de Belo Horizonte. Disponível em:
<http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/aglomerados-vilas-e-favelas-/>.
- BEDÊ, M.M.C.; COSTA, H.S.M. Entre as ideias e o contexto: uma discussão sobre a política municipal de habitação na gestão da Frente BH Popular (1993-1996). **Geografias (UFMG)**, v. 2, n. 2, p. 56-73, 2006.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Home page institucional. Apresenta informações sobre a cidade. História (s.d.). Disponível em:
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&app=historia&pg=5780&tax=14346>.
- BOTOLI, K.; PEDROSA, M.; SARAMAGO, R.; VILLA, S. **A ineficiência de um modelo de morar mínimo:** Análise pós-ocupacional em habitação de interesse social em Uberlândia-MG. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v.5, nº14, 2013.
- CONTI, A. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189-216, dez. 2004.
- HOURI, L.F. **Políticas de Produção de Moradias e segregação residencial:** Belo Horizonte – 1986 a 2000. Dissertação (Mestrado) – PUC Minas, Belo Horizonte, 2008.

MONTERO, Jorge I. P. **Ventilação e iluminação naturais na obra de João Filgueiras Lima, Lelé**: estudo dos hospitais da rede Sarah Kubitschek Fortaleza e Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado)- USP, São Paulo, 2006.

MOTTA, L.D. Da construção da nova capital mineira ao atual modelo de gestão de vilas e favelas: notas sobre um estudo de caso do Programa Vila Viva - DOI: 10.5752/P.2237-8871. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 13, n. 19, p. 126-146, out. 2012.

NAGATO, Lilian Farah. **A prática da sustentabilidade nas políticas públicas de habitação**: a experiência de Embu das Artes. Dissertação (mestrado). São Paulo, 2012. 260 p.

PRADO, A. L. Ao fim da cidade [manuscrito]: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas 2014. 691f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

ROCHA, M.C.G. Exclusão Social e Gestão Local Intersetorial: desafios do Programa BH Cidadania X Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, **Anais...** Santiago do Chile, out. de 2005.

ROLNIK, R. (org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?**: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SILVA, J. W. N.; BARBOSA A.C.Q. **Modernização e gestão de recursos humanos no setor público e o caso da URBEL em Belo Horizonte, Minas Gerais (s.d.)**. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_632_20121051834228e9c.pdf>.

SZOKOLAY, S.; AULICIEMS, A. **Design tools and techniques 3: Thermal Comfort**, PLEA, 1997.

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte**: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. São Paulo, USP (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – FAUUSP) 2012.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; TEIXEIRA ÁVILA, J. L. Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte. In: XIII Seminário sobre a Economia Mineira, 2008, Diamantina. **Anais ...**, 2008.

VEIGA, L.; BRONZO, C.. Estratégias intersetoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 3, p. 595-620, June 2014.